

O BRASIL NA ECONOMIA MUNDIAL 3.0

Gilmar Mendes Lourenço

Depois de viver, durante o decênio de 1990, a fase mais próspera desde o final da Segunda Guerra, quando cresceu ao redor de 4,0% ao ano, a economia mundial amargou um ajuste depressivo, em 2009, quando o produto interno bruto (PIB) contraiu -0,7%, em função da eclosão da crise financeira provocada pela quebra do segmento hipotecário de segunda linha dos Estados Unidos (EUA), conhecido como *subprime*.

De pronto, as iniciativas sincronizadas, praticadas pelos Bancos Centrais dos principais países, com o objetivo de desempolar a liquidez e neutralizar a propagação da instabilidade bancária para os mercados de bens e ocupações, propiciaram, já em 2010, a superação dos constrangimentos mais salientes, puxada pelos EUA, China e, com algum retardo, Europa, que, por sinal, teve que conviver, por mais algum tempo, com severos problemas fiscais em alguns estados periféricos. Com isso, o PIB do planeta acusou incremento médio de 3,6% a.a., entre 2010 e 2019.

Em idêntico período, depois de contabilizar elevação de 7,5%, em 2010, por conta da bolha de consumo (público e privado) criada pela orientação macroeconômica do governo Lula, de modo a viabilizar a penetração do tsunami externo em território nacional apenas como uma marola, o PIB brasileiro cresceu apenas 0,6% a.a., entre 2011-2019, configurando retração acumulada de -3,6% na renda per capita.

Isso significa que por ter conseguido, na melhor das hipóteses, assistir mais um ciclo de recuperação generalizada, vivido pelo sistema econômico global, somente pelo buraco da fechadura, o país deve enfrentar severas dificuldades se forem confirmadas as expectativas de ocorrência de um ponto de inflexão nos negócios planetários.

Porém, ao menos por enquanto, as estatísticas não abonam diagnósticos de encolhimento da atividade global. Decerto que as projeções recentes, realizadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), vem incorporando sinais de desaceleração em 2019 e 2020. Basta observar que, em janeiro do corrente ano, aquela entidade multilateral de crédito previa que, depois de contabilizar expansão de 3,6%, em 2018, o PIB global, crescerá 3,5%, em 2019, e 3,6%, em 2020.

A combinação de não poucos fatores de perturbação levou o Fundo a promover três revisões para baixo na variação da grandeza macroeconômica, em abril, julho e outubro, resultando em prognósticos de crescimento de 3,0%, para 2019 - o menor desde 2009, - e 3,4%, para 2020.

Apesar da perda de embalo estar distante de uma inclinação recessiva, há sinais de maior sensibilidade do panorama conjuntural a eventuais choques de oferta e distúrbios de natureza política e geopolítica.

É preciso deixar claro que, a despeito de a perda de embalo estar distante do delineamento de uma inclinação recessiva, os sintomas de enfraquecimento do ritmo do dinamismo vivido a partir de 2010 alargam a sensibilidade do panorama conjuntural a eventuais choques de oferta e distúrbios de natureza política e geopolítica.

Os maiores elementos de atrapalho repousam na indefinição quanto ao destino do Brexit, nas tensões causadas pelas sanções ao Irã, com desdobramentos na oferta e cotações do petróleo, e no nada improvável aprofundamento da guerra comercial travada entre as duas maiores potências econômicas do planeta, EUA e China.

O conflito comercial, marcado pela adoção de providências protecionistas de ambos os lados, num estágio de plena articulação das cadeias em escala global, deve, inevitavelmente, interferir nos volumes de produção industrial, no comércio de bens e, principalmente, nas decisões de investimentos das grandes corporações.

Aliás, tais variáveis já denotam fadiga, sobretudo no continente europeu, capitaneado pela Alemanha, cujo PIB deve evoluir apenas 0,5% e 1,2%, neste e no próximo ano, respectivamente.

O mais preocupante é a constatação de supressão de fôlego econômico em vários espaços geográficos importantes. O PIB dos mercados avançados, que subiu 2,3%, em 2018, deve experimentar acréscimo de apenas 1,7%, em 2019 e 2020. De seu lado, o PIB dos emergentes, que ascendeu 4,5%, em 2018, deve variar 3,9%, em 2019, e 4,6%, em 2020,

puxado pela Índia (6,8%, 6,1% e 7,0%, no intervalo em foco). Já, a China deve prosseguir em rota cadente (6,6%, em 2018, 6,1%, em 2019, e 5,8%, em 2020).

Com a perspectiva de situação menos rósea, ladeada pelo quadro de inflação e desemprego em patamares bastante reduzidos, os menores em cinquenta anos, as autoridades das nações centrais vem intensificando a execução de medidas de flexibilização monetária.

A desocupação da força de trabalho está em 2,4%, no Japão, 3,6%, na China, 3,6%, nos EUA, 6,2%, na União Europeia, e 7,5%, na Zona do Euro. Enquanto isso, a inflação situa-se em 0,2%, no Japão, 0,7%, na Zona Euro, 1,2%, na União Europeia, 1,7%, nos EUA, e 3,0%, na China.

Assim, em circunstâncias de liquidez mundial ainda com folga e, em consequência, negação de formação de cenários de crise financeira, os bancos centrais dos países desenvolvidos vêm manifestando a preferência de radicalização da estratégia de emprego do arsenal de cortes dos juros, para combater os efeitos do rolo compressor de Donald Trump no front externo. Os juros reais estão em, -0,7% a.a., na Zona do Euro, -0,3% a.a., no Japão, 0,05% a.a., nos EUA, e 1,2% a.a., na China.

A restrição reside na insistência no aprofundamento do esforço monetário acontecer em detrimento do uso de outra alavanca, reproduzida na deflagração de políticas fiscais ativas (impulsão de gastos e diminuição de impostos), particularmente naqueles estados portadores de equilíbrio das contas públicas, notadamente Alemanha e asiáticos.

Se houver a substituição da âncora da moeda pelo empuxe fiscal para impedir nova derrocada e restaurar o ânimo da economia mundial, amparada na definição e implementação coordenada de instrumentos atrelados à formulação e execução das peças orçamentárias, ao Brasil restará quase que exclusivamente a perseguição do afrouxamento monetário. A não ser que a nação deseje, mais uma vez, assistir o espetáculo de longe e perder o trem da reativação econômica internacional.

O recurso à âncora fiscal para bloqueio da propensão recessiva no mundo avançado e emergente não se aplica ao Brasil que ainda expressa vultoso desequilíbrio nas contas públicas.

As condições atuais de funcionamento do organismo econômico nacional, com inflação declinante e nível de produção e emprego na lona, reservam enorme campo para ampliação da demanda, mediante atuação virtuosa do staff do Banco Central na direção da diminuição do preço do dinheiro e aumento da oferta de crédito, com maior presença e participação de agências privadas.

Apesar da taxa Selic estar em 5,0% a.a., o que equivale a juros reais de 2,04% a.a., cobrados na rolagem da dívida pública e operações interbancárias, o custo dos empréstimos aos tomadores finais continua bastante alto, em razão da conjugação entre inadimplência recorde e pronunciada concentração bancária, anomalia que pode ser contornada

com abrangente reforma financeira que propicie o acirramento da competição entre as instituições.

Até porque o reerguimento da fortaleza fiscal será mais demorado e penoso, dependendo das repercussões da reforma da previdência - a mais abrangente das últimas três décadas e portadora de potência fiscal de R\$ 800 bilhões, em dez anos - e preparação, aprovação e implantação das demais mudanças institucionais, com ênfase para a tributária, a administrativa, o pacto federativo, a desestatização e a gradativa retirada da proteção à ineficiência privada, efetuada com subsídios fiscais e tributários.

Seria ocioso sublinhar que se trata de ingredientes indigestos, particularmente na predominância do clima de conflituosa articulação política e surgimento do calendário eleitoral de 2020.